



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO N°33 | JULHO 2022 >>>

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Ibama libera Licença Prévia para Trecho do Meio sem consulta aos povos da floresta

10 Interior em Foco

- Em Lábrea, povo Apurinã mantém a floresta em pé em meio ao desmatamento

13 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

18 Diálogos da BR-319

- Universidade e Poder Legislativo apresentam propostas sobre governança na BR-319

20 Ciência

- A árvore símbolo do rio Manicoré

22 Minuto BR



Editorial

Desde 2007, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Agosto começa com um dos maiores desafios que a questão socioambiental na BR-319 já enfrentou nos últimos tempos: a liberação da Licença Prévia (LP) para o Trecho do Meio da rodovia.

A medida, ao mesmo tempo que é o maior avanço que o processo de licenciamento da rodovia teve nos últimos 15 anos, também é um dos maiores retrocessos ambientais em termos de respeito aos direitos dos povos da floresta e à democracia. Isso porque a LP foi emitida sem a consulta prévia, livre e informada às populações mais vulneráveis aos impactos da repavimentação da rodovia, os povos indígenas e comunidades tradicionais, extrativistas e ribeirinhas.

É importante deixar muito claro que o Observatório BR-319 não é contra a reconstrução da rodovia, mas se posiciona na defesa de um processo de licenciamento transparente, democrático e inclusivo, que ouça e dê voz a quem mora em territórios tradicionalmente ocupados ao longo da rodovia e que sofrerá as piores consequências de um processo marcado por violações. Não se deixem levar por narrativas enganosas, que colocam ambientalistas, cientistas e outros como vilões e inimigos do progresso. Entra governo e sai governo, a gestão das obras da BR-319 é deliberadamente confusa, irresponsável e incompetente, por isso elas atrasam, porque não cumprem a lei e deixam brechas para a judicialização do processo. Para deixar claro e embasado o que pensa o Observatório BR-319, produzimos uma nota de posicionamento que explica pontos fundamentais dessa situação. Leiam e estejam atentos!

O Destaque do Mês fala justamente sobre a emissão da LP. Na

“
**É IMPORTANTE DEIXAR MUITO CLARO
QUE O OBSERVATÓRIO BR-319 NÃO É
CONTRA A RECONSTRUÇÃO DA RODOVIA**
”

materia, trazemos comentários sobre a medida, procuramos esmiuçar o que diz o texto e destacamos alguns que consideramos merecer atenção e visibilidade, ainda que o processo esteja completamente equivocado. No Interior em Foco, mostramos uma iniciativa encabeçada pelo povo Apurinã em Lábrea, um dos municípios mais desmatados do Brasil, que está restaurando áreas de uso tradicional através da agroecologia. A iniciativa está transformando o território em um exemplo bem sucedido de sustentabilidade no município. A seção Ciência, volta a falar do rio Manicoré neste mês, mas desta vez a respeito de um símbolo de resistência que vem da flora do território. A botânica Marta Pereira é quem assina o artigo. A Diálogos da BR-319 traz um resumo da última reunião de governança e destaca apresentações de propostas sobre o assunto. Nos Monitoramentos as notícias seguem pessimistas, com o aumento constante do desmatamento na nossa região.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês

Trecho do Meio dá acesso a áreas ambientalmente íntegras da Amazônia.

Foto: Aéreo / Idéssam

Ibama libera Licença Prévia para Trecho do Meio sem consulta aos povos da floresta

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) emitiu no, final da tarde do dia 28 de julho, a Licença Prévia (LP) para o Trecho do Meio da rodovia BR-319.

A medida vem cerca de 15 anos após o início dos estudos ambientais para a realização de obras na rodovia. Em todo esse tempo, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsito (Dnit) ignorou sistematicamente etapas importantes dos estudos, como as consultas livres, prévias e informadas aos povos da floresta. Agora, a emissão da LP acontece em um momento delicado para a Amazônia e o Brasil: às vésperas das eleições presidenciais e quando a bioma registra recordes de desmatamento e focos de calor. Além disso, seria prudente que, antes da LP, a governança e a fiscalização na área de influência da rodovia fossem fortalecidas. Mas nada disso aconteceu.

Em seis páginas, o documento elenca as ações e projetos



Trecho do Meio da BR-319 é uma das áreas mais críticas da rodovia.

Foto: Acervo / Idesam

que devem ser realizados a fim de se alcançar a emissão da próxima licença, a de instalação. Estas ações contemplam municípios, Terras Indígenas (TIs) e um distrito, além de condições para a obra de engenharia.

O Observatório BR-319 (OBR-319) mantém a sua posição

de defesa de um processo de licenciamento democrático, transparente e inclusivo, que respeite os direitos dos povos indígenas e tradicionais em territórios na área de influência da rodovia. “Vemos com grande preocupação a emissão da Licença Prévia para o Trecho do Meio da BR-319, principalmente neste momento de disputa eleitoral, em que esta decisão claramente possui motivação política. Etapas importantes deste processo foram ignoradas”, declarou a secretária executiva do OBR-319, Fernanda Meirelles. “No nosso entendimento, a LP ainda não pode ser emitida, uma vez que as consultas livres, prévias e informadas, como orienta a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nunca foram realizadas com os povos indígenas e comunidades tradicionais que serão diretamente impactados por uma obra de infraestrutura desta magnitude. Sendo assim, o direito destes povos foi violado!”, acrescentou.

Fernanda também alerta para a baixa governança na área de influência da rodovia, ações de fiscalização insuficientes e incapazes de combater a grilagem, as invasões, o desmatamen-

Desmatamento em trecho do estrada.



Foto: Orlando K. Jr. / FAS

to e a especulação fundiária, que vêm aumentando exponencialmente nos últimos anos. “Como agravante, as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas, que deveriam ser protegidas, também estão sob constante e crescente ameaça, seja pela baixa gestão, falta de orçamento ou medidas legislativas e administrativas que enfraquecem estas áreas”, criticou.

O cientista e prêmio Nobel da Paz, Philip Fearnside, avalia como um erro grave a aprovação da LP. “Primeiro, é muito contrário aos interesses nacionais do Brasil. A rodovia, juntamente com as estradas de conexão existentes e as estradas planejadas

para se conectar à BR-319, como a AM-366, exporiam uma vasta área da floresta amazônica à pressão do desmatamento do Arco do Desmatamento. A área de floresta em risco é vital para o abastecimento de água da maior cidade do Brasil: São Paulo”, disse. “Em segundo lugar, a aprovação é ilegal porque nenhum dos povos indígenas impactados pela rodovia foi consultado de acordo com a Convenção 169 da OIT e a legislação brasileira correspondente”, reiterou.

As 12 organizações membro do OBR-319 produziram uma **nota de posicionamento sobre a emissão da Licença Prévia.**

O documento elenca fatos importantes sobre a realização dos estudos de impacto ambiental e argumentos jurídicos sobre as violações cometidas sistematicamente pelo governo federal ao não ouvir os povos da floresta. A nota será encaminhada às autoridades e órgãos competentes.

O QUE VEM AGORA?

A LP não autoriza a realização das obras no Trecho do Meio, apenas atesta a viabilidade ambiental do empreendimento BR-319 a partir dos estudos que já foram realizados, desde que as ações de mitigação indicadas pelo Ibama sejam cumpridas. Esta licença permite a criação de planos, programas e projetos ambientais detalhados e seus respectivos cronogramas de implementação; diretrizes do projeto de engenharia; inventário florestal; e demais estudos necessários para a execução da obra. No entanto, ela é uma das etapas necessárias para o alcance da Licença de Instalação (LI), a qual permite o início das obras de repavimentação do segmento. Esta próxima etapa deve levar alguns anos para ser atingida, pois exige o cumprimento de todos os projetos e ações previstos na LP mais a previsão orçamentária com destinação de recursos para a obra.

Entre outras coisas, o Dnit deve criar um Programa de Indenização, Reassentamento e Desapropriação e realizar, previamente, as negociações individuais de desapropriação e reuniões comunitárias informativas com os proprietários rurais a serem afetados pelas obras.

Também deve fazer a demarcação da Áreas de Preservação Permanente e das áreas onde existem nascentes de água, colinas, comunidades e outras áreas sensíveis na Faixa de Domínio da rodovia.

O Dnit informou ao OBR-319 que já possui contrato firmado com a empresa de consultoria que elaborará a documentação para subsidiar a LI e que a previsão é que este trabalho tenha início no mês de agosto. “A obtenção da LI depende de informações mais detalhadas que estarão presentes no projeto de engenharia, que já está em atualização. O projeto subsidiará a licitação das obras.

Deste modo, a etapa de obtenção da Licença de Instalação ocorre simultaneamente à atualização do projeto”, informou o órgão por e-mail.

A LP tem validade de cinco anos, mas pode ser suspensa, cancelada ou ter suas condicionantes alteradas em caso de violações de condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da licença; e se acontecerem fatos que ofereçam graves riscos ambientais e à saúde.

CAUTELA

O diretor da WCS Brasil, organização membro do OBR-319, Carlos César Durigan, avaliou que é impossível concordar com a viabilidade ambiental anuída pela LP. “Uma vez que ainda existem pontas soltas no processo todo e, neste caso específico, basicamente não temos garantias das agências de controle ambiental sobre as ações de fiscalização, controle e monitoramento nem da obra em si e seus impactos diretos, muito menos dos tantos problemas já registrados e relatados às instituições envolvidas, como tem sido o caso de abertura de ramais, ocupação de terras públicas destinadas, como é o caso de Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs), e não destinadas, que têm levado a uma explosão da degradação e desmatamento em toda a área de influência da BR-319”, disse Durigan.

Ele alerta que a pressa sempre foi a inimiga do processo de licenciamento das obras na BR-319 e razão pela qual ele tem demorado tanto. “Ao longo de todo o processo, e nos últimos anos, o que temos visto é uma resistência dos órgãos envolvidos em fazer acontecer as etapas de levantamento de informações e as consultas prévias, livres e informadas aos povos indígenas e comunidades locais, como é preconizado pela Convenção 169 da OIT”, recorda. “Essas inclusive têm sido as principais causas de travamento do processo de asfaltamento e manutenção. Fazer direito já demandaria muito tempo e paciência, mas fazer de modo capenga vai levar a mais questionamentos e não deve

Visão aérea da Comunidade São Sebastião do Igapó-Açu e do rio Igapó-Açu, na RDS Igapó-Açu.

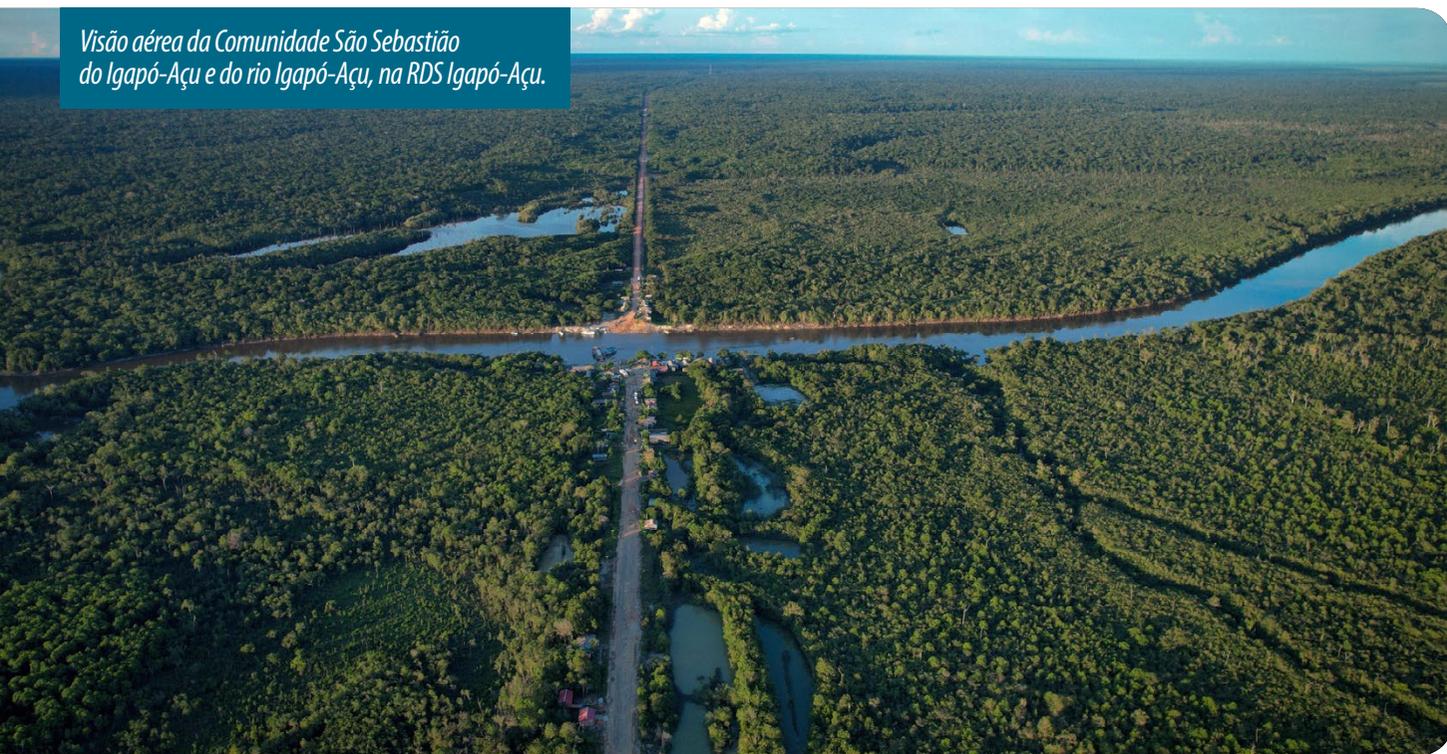


Foto: Orlando K. Jr. / FAS



agilizar o asfaltamento e sim gerar aberturas a processos jurídicos, além do que irá repercutir de forma negativa no cenário nacional e internacional”, avaliou Durigan.

À **imprensa**, o Ministério Público Federal (MPF) disse que “vai realizar uma análise para definir medidas cabíveis sobre autorização prévia concedida pelo Ibama para a reconstrução do trecho do meio da BR-319”.

Pontos de destaque do texto da Licença Prévia

INDÍGENAS

Segundo a LP, devem ser criados Programas Básicos Ambientais do Componente Indígena (PBA-CI) para os povos Apurinã, Mura e Parintintin. Esses programas preveem a criação de ações de vigilância territorial, educação ambiental, geração de renda e fortalecimento institucional de organizações e associações indígenas. Outra medida de destaque é a inclusão da TI Ipixuna, excluída dos estudos, mas incluída nestas ações. Além disso, os povos Mura e Munduruku, solicitaram a criação de uma UC de uso sustentável. “Para emissão da Licença de Instalação deve ser apresentado o andamento do processo de criação da UC, de modo a garantir aos Mura que de fato irá acontecer a demarcação da UC de modo a se formar o bolsão de proteção as Terras Indígenas Lago Capanã e Ariramba, bem como garantir a conti-

nuidade de uso das áreas tradicionais do povo Mura”, diz trecho da LP.

MUNICÍPIOS

Os municípios interceptados pela BR-319 devem participar do Programa de Apoio e Revisão dos Planos Diretores, que prevê a consulta quanto ao interesse para elaboração, revisão ou atualização dos planos diretores municipais. No caso de Humaitá, além disso, o distrito Realidade, terá um programa de diagnóstico e planejamento para “identificar oportunidades de investimento para região, estimular a diversificação das atividades econômicas e fornecer alternativas para a população local, incluindo a qualificação de cadeias de atividades ligadas a própria dinâmica da rodovia”. A área do distrito é, hoje, o maior vetor de desmatamento na BR-319.

PASSAGENS DE FAUNA

De acordo com a LP, dentro do Programa de Proteção da Fauna estará o Subprograma de Monitoramento e Mitigação do Atropelamento de fauna e Monitoramento das Passagens de Fauna. O Dnit deve, ainda, apresentar as propostas de localização das passagens de fauna e indicar os pontos de monitoramento para “fins de travessia e mitigação de atropelamento de fauna, com base em análise de ‘hotspots’ de atropelamento de fauna e

demais análises da paisagem, visando a recuperação da conectividade e redução do efeito barreira.”

FISCALIZAÇÃO

A LP também traz a aprovação da instalação de três postos de monitoramento e segurança nos entroncamentos com a BR-230, com Manicoré e em Careiro Castanho. Estes pontos são os Portais da Amazônia, que serão bases de fiscalização com a presença da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e outros órgãos federais e estaduais. Segundo o texto da LP, eles devem ser instalados concomitantemente à implantação do empreendimento.



Desmatamento em trecho do estrada.



Interior em Foco

*Cupuaçu produzido em território
Apurinã, em Lábrea.*

Em Lábrea, povo Apurinã mantém a floresta em pé em meio ao desmatamento

A Terra Indígena Caititu, território do povo Apurinã, estoca e absorve carbono da atmosfera em Lábrea, cidade do sul do Amazonas, que é a 4ª no *ranking* de cidades brasileiras que mais emitem gases de efeito estufa.

Próxima ao centro do município, e cercada pelo desmatamento, a área de 308 mil hectares é conservada por meio de iniciativas protagonizadas pelo povo indígena, como a implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), atividade apoiada pelo projeto **Raízes do Purus**, realizado pela Operação Amazônia Nativa (Opan), organização membro do Observatório BR-319.

Hoje, os Apurinã estão reflorestando uma área equivalente a 13 campos de futebol com SAFs, modalidade de plantio agroecológico que produz alimentos sem desmatar ou usar agrotóxicos. Já são 26 unidades do sistema cultivadas em 20 aldeias. Até 2024, eles devem manejar 18 hectares de SAFs, contribuindo para a remoção de 4.366 toneladas de carbono e outros gases de efeito estufa anualmente.

“Os SAFs são estratégicos na mitigação das mudanças climáticas, porque potencializam muito a capacidade do solo através



Cacique Marcelino Apurinã é um dos guardiões da floresta em Lábrea.

Fotos: Adriano Gambarini / Raízes do Purus / Opan

a conservação do ecossistema”, explica Antonio de Miranda Neto, indigenista da Opan.

O excedente de produção dos SAFs é comercializado em Lábrea, gerando renda sustentável para os indígenas. O urucum, por exemplo, é usado pela família do cacique Marcelino Apurinã para produzir um colorau que é referência de qualidade na região.



SOBRE O RAÍZES DO PURUS

O projeto Raízes do Purus é uma iniciativa da Opan, com patrocínio da Petrobras por meio do Programa Petrobras Ambiental, e do Governo Federal, que visa contribuir para a conservação da biodiversidade no sudoeste e sul do Amazonas, fortalecendo iniciativas de gestão e o uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas Jarawara/Jamamadi/Kanamanti, Caititu, Paumari do Lago Manissuã, Paumari do Lago Paricá, Paumari do Cuniuá e Banawa, na bacia do rio Purus, e Deni e Kanamari, no rio Juruá.

Texto gentilmente cedido pela jornalista Marina Rabello e originalmente publicado no site do projeto.



Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento



Monitoramento de Focos de Calor



Em junho, a Amazônia Legal, o Amazonas e os municípios da BR-319 apresentaram aumento no número de focos de calor em comparação a junho de 2021, de 6%, 6% e 9%, respectivamente. Rondônia, por sua vez, apresentou queda de 17% nesse período.

MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA RODOVIA BR-319

O ranking de focos de calor de junho para os 13 municípios monitorados foi liderado por Porto Velho, com 22 focos de calor. Nesse mês, seis municípios apresentaram aumento no número de focos em comparação ao ano anterior, enquanto cinco apresentaram queda. Além disso, não foram detectados focos de calor em quatro municípios.

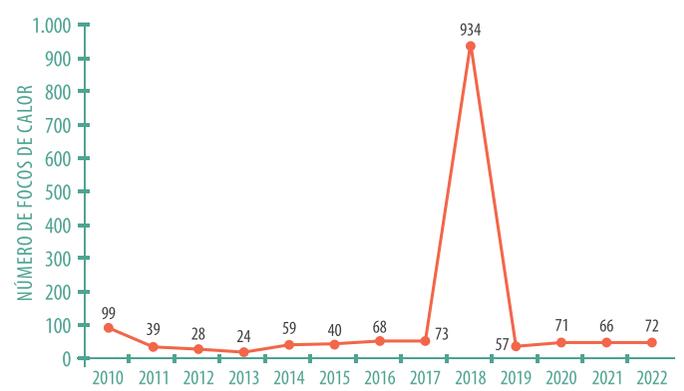


NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



Focos de calor em junho:
● 2021
● 2022

FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE JUNHO (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A JUNHO DE 2021

↑
AUMENTOU

- Careiro (500%)
- Canutama (175%)
- Humaitá (de zero para 7)
- Manaquiri (150%)
- Manicoré (20%)
- Porto Velho (16%)

↓
DIMINUIU

- Borba (100%)
- Tapauá (100%)
- Autazes (80%)
- Careiro da Várzea (75%)
- Lábrea (61%)

✓
FOCOS DE CALOR ZERO EM JUNHO/2022

- Baruri
- Borba
- Manaus
- Tapauá



ÁREAS PROTEGIDAS

Seis Unidades de Conservação (UCs) apresentaram focos de calor em junho, entre as 42 UCs monitoradas. Foram elas: Parna Mappinguari (recorde para o mês de junho desde 2010, com 10 focos), Flona do Aripuanã (1ª detecção para junho desde 2010, com 2 focos), Parna dos Campos Amazônicos (2 focos), Fers do Rio Madeira (B) (2 focos), Flona de Balata-Tufari (1 foco) e Resex Jaci-Paraná (1 foco).

Em relação as Terras Indígenas (TIs), entre as 69 monitoradas, foram detectados focos de calor nas TIs Tenharim Marmelos (8 focos) e Kaxarari (1 foco).

3%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

14%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs MONITORADAS

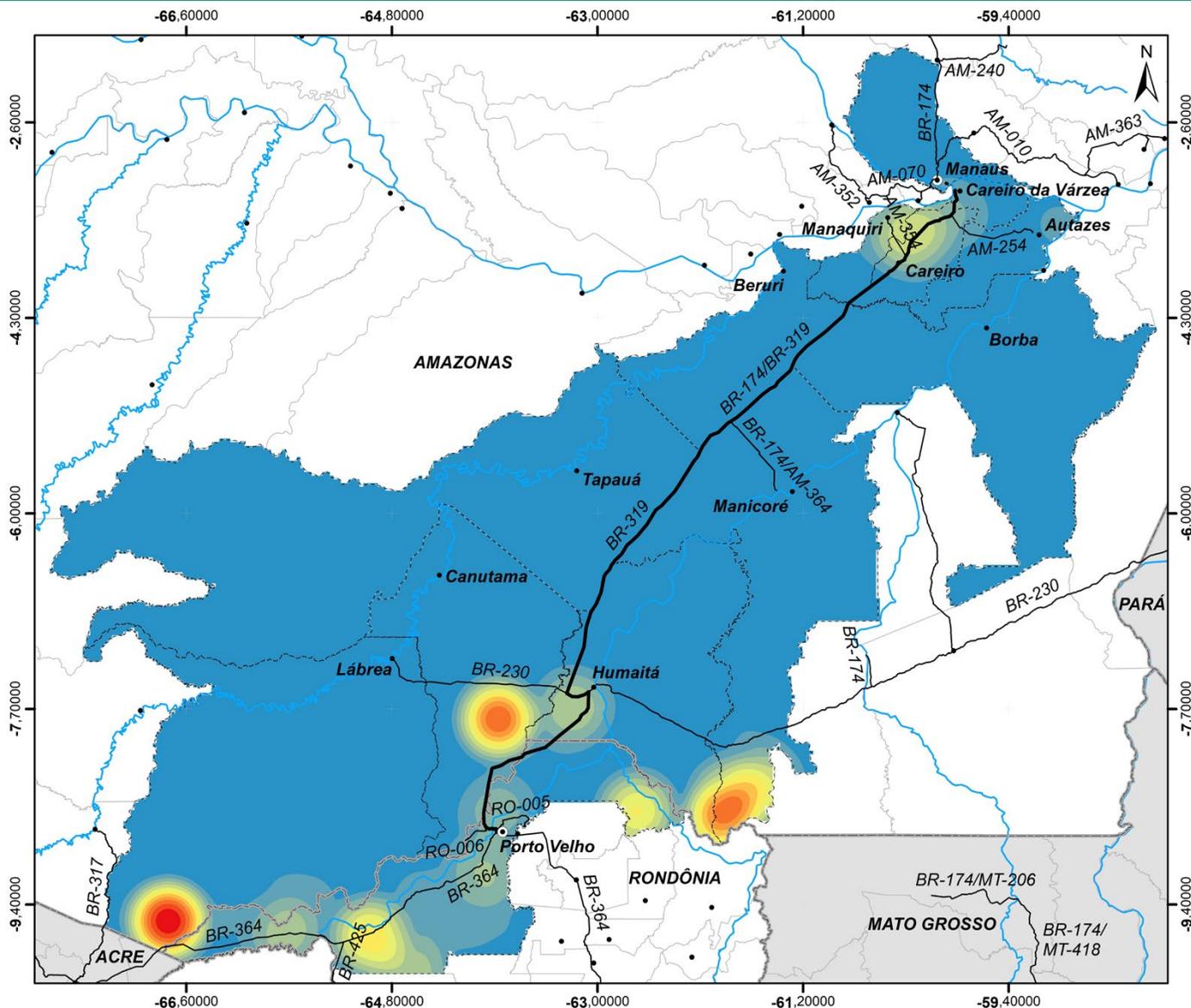


LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Junho 2022





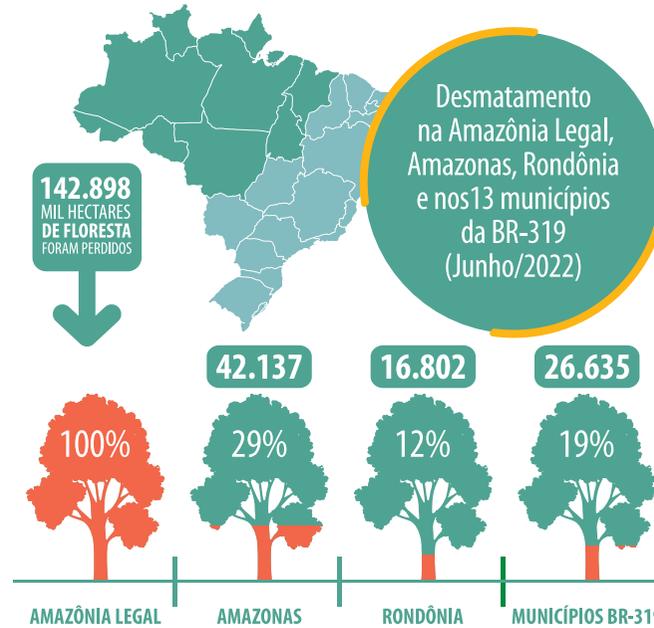
Monitoramento de Desmatamento

Em junho de 2022, a Amazônia Legal, o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram aumento no desmatamento em comparação a junho de 2021, de 54%, 81%, 70% e 91%, respectivamente. Para a Amazônia Legal e para o estado do Amazonas, os valores de desmatamento desse mês foram os maiores dos últimos 13 anos. O Amazonas também foi o segundo estado da Amazônia Legal que mais desmatou em junho, ficando atrás apenas do Pará.

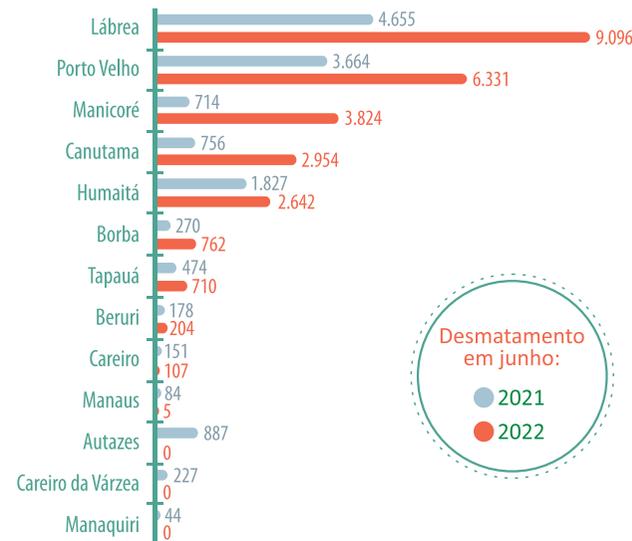
RECORDES DE DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319

Cinco, dos treze municípios monitorados, bateram recorde de desmatamento em junho dos últimos 13 anos: Lábrea, Manicoré, Canutama, Borba e Beruri. Além disso, Lábrea, Porto Velho e Manicoré apareceram entre os 10 municípios mais desmatados da Amazônia Legal, na 3ª, 6ª e 9ª posição, nessa ordem ([veja o monitoramento do Imazon](#)).

Por outro lado, cinco municípios tiveram redução do desmatamento em comparação a 2021, com destaque para Autazes, Careiro da Várzea e Manaquiri, que apresentaram desmatamento zero.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A JUNHO DE 2021

AUMENTOU

- Manicoré (436%)*
- Porto Velho (73%)
- Canutama (291%)*
- Tapauá (50%)
- Borba (182%)*
- Humaitá (45%)
- Lábrea (95%)*
- Beruri (14%)*

DIMINUIU

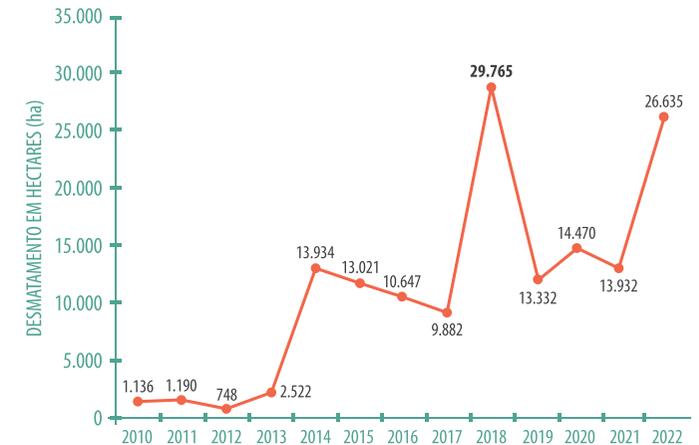
- Autazes (100%)
- Manaus (95%)
- Careiro da Várzea (100%)
- Careiro (29%)
- Manaquiri (100%)

DESMATAMENTO ZERO EM JUNHO/2022

- Autazes
- Careiro
- Manaquiri

* Municípios que apresentaram recorde de desmatamento em junho, considerando a série histórica (2010-2022).

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE JUNHO (2010 A 2022)





RECORDES TAMBÉM NAS ÁREAS PROTEGIDAS

Quatorze das 42 Unidades de Conservação (UCs) monitoradas apresentaram desmatamento em junho. Cinco delas apresentaram recorde de desmatamento para o mês dos últimos 13 anos, com destaque para a FES Tapauá e Parna Mapinguari, que apresentaram 265 ha e 166 ha de desmatamento, respectivamente.

Já em relação as Terras Indígenas (TIs), 12 das 69 monitoradas apresentaram desmatamento, três com recorde para junho dos últimos 13 anos. O destaque vai para as TIs Karipuna, Sepoti e Tenharim Marmelos (Gleba B), que lideraram o ranking do mês e apareceram na lista das 10 TIs mais desmatadas da Amazônia Legal em junho, na 2ª, 8ª e 9ª posição, respectivamente.

Para saber mais detalhes do desmatamento nas Áreas Protegidas em junho, [clique aqui](#).

17%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

33%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO



LISTA DE TIs MONITORADAS

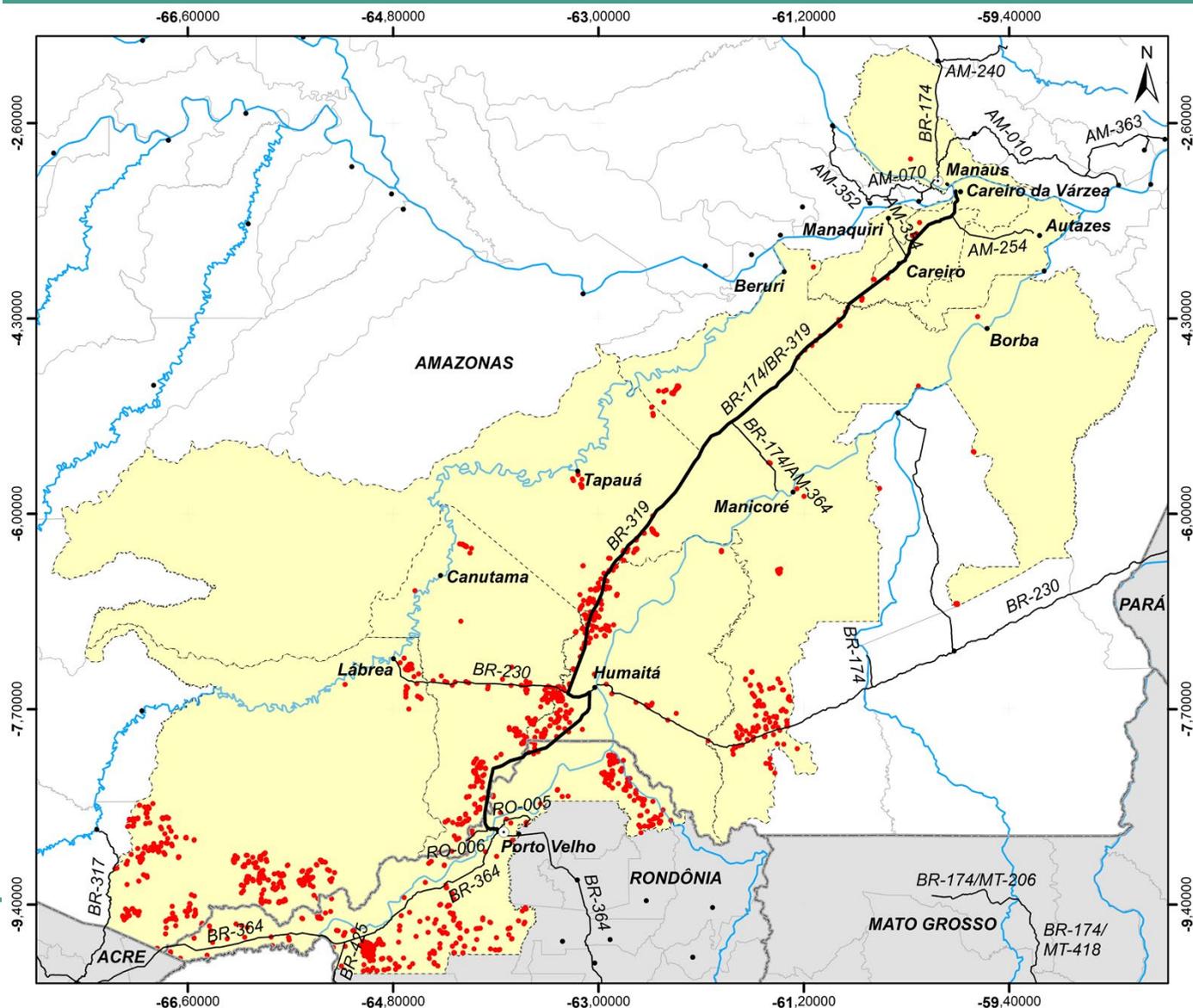


LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Junho 2022





Diálogos da BR-319

Universidade e Poder Legislativo apresentam propostas sobre governança na BR-319

A reunião de Governança do Trecho do Meio da BR-319, promovida pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI), do Ministério da Economia, realizada no dia 1º de julho, apresentou informes sobre as atividades do órgão e mais duas apresentações: uma da vice-reitora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Therezinha Fraxe, e outra da ex-secretária da SPPI e, atualmente, servidora da Câmara dos Deputados, Rose Hofmann. Ambas abordaram assuntos sobre a governança na área de influência da rodovia.

A vice-reitora apresentou a proposta criada pela Ufam intitulada Plano de Proteção de Monitoramento Ambiental, o PPMA, que prevê a centralização de responsabilidades sobre a BR-319 na figura de uma pessoa ou instituição, como se a rodovia fosse um condomínio. “Nossa proposta é transformar a BR-319 em um condomínio, com um síndico. Para que possamos cobrar [medidas] dos responsáveis”, disse Therezinha. “Esta apresentação não é fechada e está aberta a

todos que queiram contribuir e que lutam pela preservação ambiental do Amazonas”, finalizou Therezinha.

Já Rose falou sobre como o Poder Legislativo pode apoiar o fortalecimento da governança na área de influência da BR-319, através de comissões, requerimentos de informações e indicações de ações, além de regras que podem ser criadas no âmbito do legislativo. Na apresentação ela explicou que a atuação dos deputados federais



Rose Hofmann é servidora da Câmara Federal.



A Reunião de Governança foi realizada de forma on-line.

pode ser uma aliada. “Existem várias outras formas em que o Poder Legislativo atua, outros tipos de proposição, além de Projetos de Lei, Propostas de Emenda à Constituição e que talvez alguns deles possam contribuir neste contexto da BR-319, inclusive sobre a fiscalização”, disse Rose.

Entre os informes, o titular da SPPI, Alex Garcia, destacou a posse a mais de 500 servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e mais de 170 servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), que vão fortalecer a fiscalização ambiental na Amazônia. Ele também informou que o prazo de publicação do edital de contratação para construção dos Portais da Amazônia é setembro, sendo que cada um levaria 10 meses para ser construído.

As reuniões de governança promovidas pela SPPI acontecem mensalmente, sempre na 1ª sexta-feira do mês, às 10h (horário de Manaus), e tem transmissão on-line. O evento é aberto ao público.

Foto: Reprodução

Foto: Reprodução



Eperua oleifera Ducke var. *oleifera*
MACEDO, M.B., 2022

Ciência

A árvore símbolo do rio Manicoré

Por **Marta Pereira***

A resistência está pelo rio Manicoré em toda a sua extensão, sobretudo na força dos seus moradores, mantida pela tradição agroextrativista e pela floresta, onde escolhemos uma árvore que representa com louvor essa potência: a copaíba-jacaré, como é chamada pelos moradores locais a *Eperua oleifera*.

Uma árvore exuberante e de grande porte que só existe na Amazônia brasileira e, até onde se sabe, em floresta de terra firme no Amazonas. Ela ocorre ao longo do rio desde sua foz até próximo às cachoeiras, suas flores lilases enfeitam as margens e se destacam em meio ao vasto tapete verde da floresta.

A escolha da copaíba-jacaré como representante da flora do rio Manicoré foi feita de comum acordo com os moradores locais, quando eu e minha equipe estivemos por lá, a convite do Greenpeace Brasil, para realizarmos o inventário de fauna que deve embasar o plano de gestão do território. Para nós foi um prazer poder contribuir! A copaíba-jacaré, bem como a suas flores lilases, deve



A botânica Marta Pereira em pesquisa de campo, no rio Manicoré.

Foto: Arquivo Pessoal

ilustrar a capa do inventário que está em produção. O desenho da flor foi gentilmente produzido pela bióloga Thamires Macedo, que além do talento científico, também é uma exímia artista.

A natureza fala por si e a presença da copaíba-jacaré ao longo do rio Manicoré nos mostra que o território, apesar de todas as pressões que sofre, ainda é bastante conservado. O que é uma das evidências de que os moradores locais contribuem sobremaneira para esta manutenção da floresta, pois a árvore produz uma resina, mais grossa que a resina da copaíba que conhecemos, que os

comunitários misturam com breu e utilizam para calafetar canoas, o meio de transporte mais utilizado no local. Para isso, eles não derrubam as árvores, pelo contrário, as conservam.

O desmatamento e o colapso climático ameaçam drasticamente a existência desta árvore: quando derrubada, junto com ela, morrem centenas de outras árvores, e por só ser encontrada em áreas alagadas, o aumento do tempo da cheia ou a diminuição dele pode causar a morte dela.

Manter os exemplares de Copaíba-Jacaré em pé contribui para a manutenção da floresta, porque ela serve de habitat para outras plantas e milhares de outros organismos e, também, ajuda a fixar o nitrogênio no solo, tornando-o mais fértil. Assim, é de extrema importância a execução de ações que garantam a conservação do território do rio Manicoré e a manutenção do modo de vida dos seus moradores.



Foto: Arquivo Pessoal

***Marta** é botânica pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa) e pelo Instituto de Botânica da Universidade de Liège, na Bélgica. Desenvolve pesquisas sobre plantas medicinais e bioprospeção e, atualmente, é professora na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) onde, entre outras disciplinas, dá aulas de agroecologia.



Minuto BR



Foto: Assoab / Cedida

Castanha



Em julho, a Associação dos Produtores e Beneficiadores Agroextrativistas de Beruri (Assoab) iniciou a construção da sua 1ª usina de extração de óleos vegetais. A estrutura possibilitará o beneficiamento de diversas sementes da Amazônia, como castanha, murumuru, copaíba e andiroba. Além disso, deve agregar valor e gerar mais empregos e renda aos extrativistas do município. A iniciativa é financiada pela NESST Amazônia – Incubadora da Floresta e a Natureza.

Desmatamento



Uma operação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) na Floresta Estadual (FES) Tapauá apreendeu um trator de esteira adaptado para desmate, escavadeira, motosserra, uma espingarda ilegal e três GPSs usados para identificar locais para possíveis crimes ambientais. Um suspeito de desmatamento ilegal foi detido. Uma outra operação em Canutama, deteve um outro homem suspeito de envolvimento em crimes ambientais por posse e porte ilegal de arma de fogo. Ambos foram encaminhados à Delegacia de Humaitá assim como os materiais apreendidos.



Foto: Ipaam / Divulgação

Pesca



Entre os dias 05 e 07 de julho, lideranças da Associação Indígena do Povo do Água (Aipa), organização comunitária dos Paumari, participaram da 6ª reunião do Coletivo Pirarucu, espaço de cooperação e ajuda mútua que reúne organizações de base de manejadores(as) do peixe. No evento, realizado em Manaus (AM), foram discutidos os desafios e perspectivas da cadeia produtiva do pirarucu de manejo sustentável.

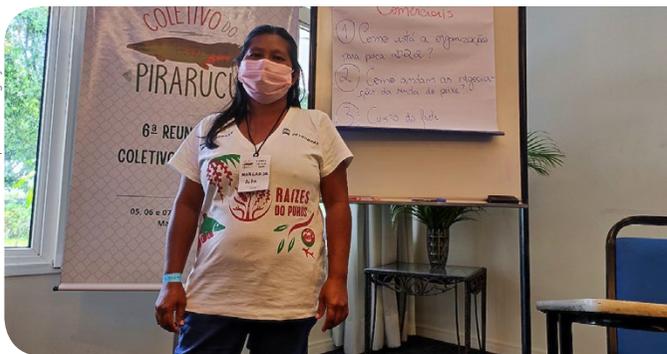


Foto: Coletivo Pirarucu / Open / Divulgação

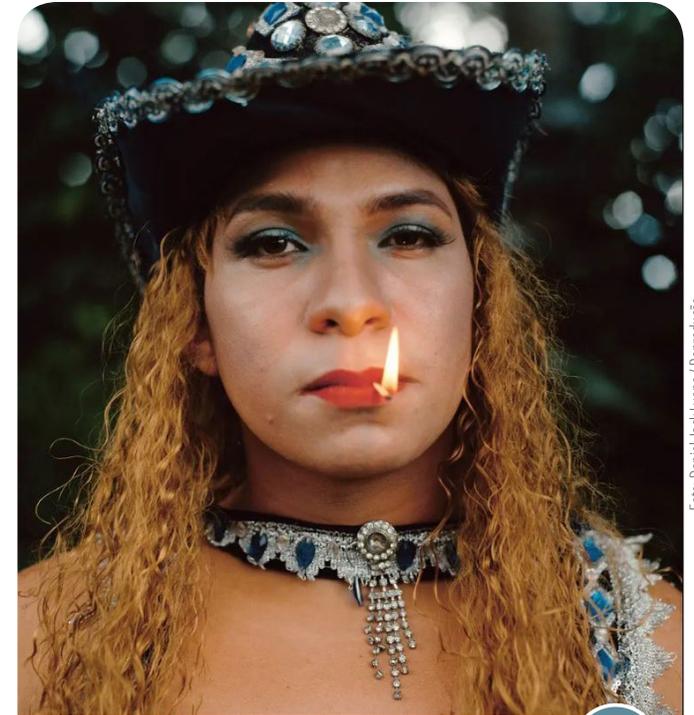


Foto: Daniel Jack Lyons / Reprodução

Diversidade



Jovens queer e trans de comunidades do Careiro são protagonistas do projeto Like a River, do fotógrafo Daniel Jack Lyons, divulgado pelo **jornal britânico The Guardian**. Jack fez as imagens em colaboração com os jovens, que escolheram as locações, as roupas e as poses. “Eu não me propus a documentar apenas os povos indígenas queer e trans na Amazônia, mas foram as pessoas trans, não-binárias e queer com quem desenvolvi as conexões mais íntimas. Havia também um desejo muito intenso entre a comunidade queer em ser vista”, declarou o fotógrafo.



Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam) e
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Covid-19 // Rodolfo Oliveira Lorenzo (CeDHE-FGV)

Revisão // Fernanda Meirelles (Idesam), Larissa Mahall Marinho (Idesam),
Paula Carolina Paes Guarido (Idesam) e Tayane Carvalho (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Larissa Mahall Marinho (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



**TRANSPARENCY
INTERNATIONAL**
The global coalition against corruption



GREENPEACE

